

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

VANILSA DE FÁTIMA VIANA ALVES

**A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO
NA ESCOLA ESTADUAL APPARÍCIO SILVA RILLO**

**São Borja
2025**

VANILSA DE FÁTIMA VIANA ALVES

**A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO
NA ESCOLA ESTADUAL APPARÍCIO SILVA RILLO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas- Licenciatura da
Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção
do Título licenciada em Ciências
Humanas.

Orientador: Nola Patrícia Gamalho

**São Borja
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

A481o Alves, Vanilsa de Fatima Viana

A Importância da Alimentação Escolar: Um estudo de caso na Escola Estadual Apparício Silva Rillo. – 2025.
58 p.

Orientador: Nola Patrícia Gamalho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pampa, Licenciatura em Ciências Humanas, Campus São Borja, 2025

1. Alimentação escolar.
2. PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).
3. Políticas públicas.
4. Segurança alimentar.

VANILSA DE FÁTIMA VIEIRA ALVES

**A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO
NA ESCOLA APPARÍCIO SILVA RILLO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas- Licenciatura da
Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção
do Título licenciada em Ciências
Humanas.

Área de concentração:

VANILSA DE FÁTIMA VIANA ALVES

**A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:
UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL APPARÍCIO SILVA RILLO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
em Ciências Humanas da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do
Título de Licenciada em ciências
Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 01 julho de 2025.

Banca examinadora:

Profª. Dra. Nola Patrícia Gamalho
Orientadora
UNIPAMPA

Prof. João Pedro da Rosa Ribeiro
UNIPAMPA

Profª. Mirtes Gazzana Roso
35º CRE- Coordenadoria Regional de Educação (São Borja)



Assinado eletronicamente por **Mirtes Gazzana Roso, Usuário Externo**, em 03/07/2025, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JOÃO PEDRO DA ROSA RIBEIRO, PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 04/07/2025, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **NOLA PATRICIA GAMALHO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/07/2025, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1772176** e o código CRC **02F33CF2**.

Dedico este trabalho à minha família,
pela paciência e compreensão, aos
colegas, pelo suporte e
companheirismo e a Deus pela
força, nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTO

À Alexandra Alves Serpa;

À Renata Alves Serpa;

À Rafael dos Santos Martins (NUDE);

À professora Gilvane Belem Correia (NUDE).

“As crianças que podem comer os alimentos de que seu organismo necessita, crescem mais e, sobretudo, podem desenvolver seu cérebro, podem pensar e aprender melhor.”

Josué de Castro

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema “A importância da alimentação escolar”, tendo como público-alvo os estudantes de Ensino Médio diurno da Escola Estadual Apparício Silva Rillo, localizada no município de São Borja- RS. A problematização que o estudo busca esclarecer é: “Qual a importância da merenda escolar para os jovens do ensino médio da Escola Estadual Apparício Silva Rillo?” E tem como objetivo geral “Compreender o impacto da alimentação escolar na nutrição diária dos estudantes, enquanto os objetivos específicos buscam “analisar a legislação brasileira sobre o PNAE, descrever o protocolo de preparo da merenda escolar, identificar os hábitos e práticas alimentares dos alunos e avaliar o impacto da merenda no cotidiano dos estudantes”. A metodologia utilizada neste trabalho baseia-se em uma abordagem quantitativa, com levantamento bibliográfico, análise documental, tais como TCCs, artigos, sites relacionados ao tema, dados do IBGE, leis brasileiras, além da aplicação de questionários estruturados aos estudantes. No questionário as perguntas foram categorizadas da seguinte forma: Hábitos alimentares, Qualidade das refeições, percepção sobre o programa, impacto na saúde, educação alimentar e influência social. Análise do marco legal evidencia que o PNAE é um dos programas mais antigos do país na área da alimentação escolar, voltada à promoção da segurança alimentar e nutricional que estabelece diretrizes a fim de ofertar refeições saudáveis, equilibradas e culturalmente adequadas aos alunos matriculados nas escolas públicas. Atende os estudantes da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA) da rede pública. No contexto da Escola Estadual Apparício Silva Rillo, observou-se que a merenda escolar representa, para muitos alunos, a principal refeição completa do dia, refletindo sua importância no enfrentamento da insegurança alimentar. Além disso, os dados coletados apontam para hábitos alimentares inadequados, muitas vezes, portados no ambiente escolar, o que reforça o papel pedagógico da merenda como instrumento de educação alimentar e nutricional. A qualidade do cardápio oferecido e a aceitabilidade das preparações também influenciam diretamente no desempenho escolar, na concentração e na frequência dos estudantes. Podendo-se, assim constatar que a alimentação escolar deve ser compreendida não só como um benefício assistencial, mas como um direito social fundamental, com impacto direto na promoção da saúde, no rendimento escolar e na formação de hábitos alimentares saudáveis. A valorização da merenda escolar, aliada a ações educativas e à participação da comunidade escolar, é essencial para a consolidação de um ambiente escolar inclusivo, saudável e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-Chave: Alimentação escolar; PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); Políticas públicas; Segurança alimentar.

Resumen

El presente Trabajo de Conclusión de Curso tiene como tema “La importancia de la alimentación escolar”, teniendo como público objetivo a los estudiantes de Enseñanza Media diurna de la Escuela Estatal Apparício Silva Rillo, ubicada en el municipio de São Borja - RS. La problemática que este estudio busca esclarecer es: “¿Cuál es la importancia de la merienda escolar para los jóvenes de la Enseñanza Media de la Escuela Estatal Apparício Silva Rillo?” Tiene como objetivo general comprender el impacto de la alimentación escolar en la nutrición diaria de los estudiantes, mientras que los objetivos específicos buscan analizar la legislación brasileña sobre el PNAE, describir el protocolo de preparación de la merienda escolar, identificar los hábitos y prácticas alimentarias de los alumnos y evaluar el impacto de la merienda en la vida cotidiana de los estudiantes. La metodología utilizada en este trabajo se basa en un enfoque cuantitativo, con revisión bibliográfica, análisis documental, como trabajos de conclusión de curso, artículos, sitios web relacionados con el tema, datos del IBGE, leyes brasileñas, además de la aplicación de cuestionarios estructurados a los estudiantes. En el cuestionario, las preguntas fueron categorizadas de la siguiente forma: hábitos alimentarios, calidad de las comidas, percepción sobre el programa, impacto en la salud, educación alimentaria e influencia social.

El análisis del marco legal evidencia que el PNAE es uno de los programas más antiguos del país en el área de alimentación escolar, orientado a la promoción de la seguridad alimentaria y nutricional, y establece directrices con el fin de ofrecer comidas saludables, equilibradas y culturalmente adecuadas a los alumnos matriculados en escuelas públicas. Atiende a estudiantes de educación infantil, enseñanza fundamental, enseñanza media y educación de jóvenes y adultos (EJA) de la red pública. En el contexto de la Escuela Estatal Apparício Silva Rillo, se observó que la merienda escolar representa, para muchos alumnos, la principal comida completa del día, lo que refleja su importancia en el enfrentamiento de la inseguridad alimentaria. Además, los datos recolectados apuntan a hábitos alimentarios inadecuados, muchas veces adquiridos en el entorno escolar, lo que refuerza el papel pedagógico de la merienda como instrumento de educación alimentaria y nutricional.

La calidad del menú ofrecido y la aceptabilidad de las preparaciones también influyen directamente en el rendimiento escolar, la concentración y la asistencia de los estudiantes. Así, se puede constatar que la alimentación escolar debe ser comprendida no sólo como un beneficio asistencial, sino como un derecho social fundamental, con impacto directo en la promoción de la salud, el rendimiento escolar y la formación de hábitos alimentarios saludables. La valorización de la merienda escolar, aliada a acciones educativas y a la participación de la comunidad escolar, es esencial para la consolidación de un ambiente escolar inclusivo, saludable y propicio al desarrollo integral de los

estudiantes.

Palabras Clave: Comidas escolares; PNAE (Programa Nacional de Alimentación Escolar); Políticas públicas; Seguridad alimentaria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mosaico do entorno da Escola Estadual Apparício Silva Rillo e Condomínio Maria Cristina.	33
Figura 2: Cardápio fornecido pela SEDUC	35
Gráfico 1	38
Gráfico 2	39
Gráfico 3	40
Gráfico 4	42
Gráfico 5	43
Gráfico 6	44
Gráfico 7	45
Gráfico 8	45
Gráfico 9	46
Gráfico 10	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção de carne de frango no Brasil (2000-2009)	15
Tabela 2 – Produção de carne de gado no Brasil (2000-2009)	18

LISTA DE ABREVIATURAS

n. – número

p. – página

f. – folha

cap. – capítulo

v. – volume

org. – organizador

coord. – coordenador

col. – colaborador

LISTA DE SIGLAS

ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

CME- Campanha da Merenda Escolar

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

PNSAN- Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

LOSAN- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

EAN- Educação Alimentar Nutricional.

EJA- Educação de Jovens e Adultos.

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos.

SEDUC- Secretaria Estadual de Educação.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	16
2. A Alimentação Escolar	18
2.1 Revisão Histórica.	18
2.2 Políticas Públicas: Segurança Alimentar e Agricultura Familiar.	22
2.3 Alimentação Escolar e a ética do cuidado	24
2.4 A alimentação escolar e os direitos naturais da humanidade	25
2.5 Por que evitar produtos ultraprocessados no preparo da alimentação escolar?	26
2.6 Protocolos do preparo da alimentação escolar	27
3. A MERENDA ESCOLAR NA ESCOLA APARÍCIO SILVA RILLO- SÃO BORJA (RS)	32
Figura 1: Mosaico do entorno da Escola Estadual Apparício Silva Rillo e Condomínio Maria Cristina.	33
Figura 2: Cardápio fornecido pela SEDUC	35
4. Diagnóstico do questionário aplicado.	37
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICES	54

1 INTRODUÇÃO

Dados do IBGE apontam que, no Brasil 33,1 milhões de pessoas são atingidas pela fome. No Rio Grande do Sul são 975, 2 mil domicílios com algum tipo de insegurança alimentar (IBGE, 2024). E de acordo com informações fornecidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social, no município de São Borja existem 3.677 famílias de baixa renda, 1.565 em situação de pobreza e 720 famílias em situação de extrema pobreza.

Diante do exposto, considerando que a fome é um problema grave que abrange o município de São Borja, onde crianças matriculadas em escolas públicas Estaduais e Municipais são afetadas, e que para cada família em situação de extrema pobreza há, pelo menos 2 crianças em idade escolar, pondera-se então a importância de expor através de pesquisa com entrevistas e levantamento de dados a dimensão da alimentação escolar no cotidiano dessas crianças, levando à reflexão da relevância de todo o processo que envolve o fornecimento da merenda aos alunos, que vai desde a criação de Políticas Públicas até o preparo e distribuição do alimento aos estudantes. Assim como conhecer suas preferências alimentares a fim de evitar qualquer rejeição e desperdício.

Logo, a temática desse trabalho de conclusão do curso de Ciências Humanas Licenciatura é a Importância da alimentação escolar. Em particular, com estudo de caso a partir da na Escola Estadual Apparício Silva Rillo com jovens do ensino médio diurno. Assim, busca-se responder sobre qual a importância da merenda escolar para jovens do Ensino Médio da Escola Estadual Apparício Silva Rillo. Para tanto, tem-se como objetivo geral compreender o impacto da alimentação escolar na nutrição diária dos estudantes do ensino médio da escola Aparício. E objetivos específicos: Analisar a legislação brasileira sobre a alimentação escolar; descrever o protocolo da alimentação escolar no Apparício Silva Rillo; Identificar os hábitos e práticas alimentares dos estudantes; Analisar o impacto da merenda escolar no cotidiano dos jovens da escola.

Nesse contexto, a merenda escolar vai além de uma política assistencial

– ela é um instrumento de inclusão social e educacional, influenciando diretamente o desempenho acadêmico, a saúde e o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. No entanto, para que esse recurso cumpra seu papel, é fundamental avaliar sua eficácia no cotidiano dos alunos, desde a qualidade nutricional até a aceitação das refeições, evitando desperdícios e garantindo que as políticas públicas atendam às reais necessidades dos jovens.

Este trabalho, desenvolvido no curso de Ciências Humanas Licenciatura, justifica-se pela urgência em discutir a alimentação escolar como um direito fundamental, especialmente na Escola Estadual Aparício Silva Rillo, onde os jovens do ensino dependem dessa refeição para manter sua rotina de estudos. Ao analisar a legislação vigente, os protocolos de preparo, os hábitos alimentares dos alunos e o impacto da merenda em seu cotidiano, busca-se não apenas compreender a realidade local, mas também contribuir para melhorias no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), promovendo uma educação alimentar mais eficiente e sustentável.

Portanto, esta pesquisa não só reforça a importância da alimentação escolar como política pública, mas também oferece subsídios para gestores educacionais e nutricionistas, visando a otimização dos recursos e a garantia de uma alimentação saudável e acessível a todos os estudantes.

O presente trabalho embasa-se na triangulação de instrumentos metodológicos, com pesquisa bibliográfica em busca em periódicos, a partir das palavras-chave: insegurança alimentar; merenda escolar e política nacional da merenda escolar. Assim, a metodologia utilizada neste trabalho baseia-se em uma abordagem quantitativa, com levantamento bibliográfico, análise documental, tais como TCCs, artigos, sites relacionados ao tema, dados do IBGE, leis brasileiras, além da aplicação de um questionário estruturados aos estudantes. Essa revisão possibilita conhecer como as políticas públicas para Alimentação Escolar são feitas e aplicadas, e se atendem ao objetivo de contribuir para o crescimento, desenvolvimento e aprendizagem, além de melhorar o desempenho do aluno em sala, rendimento escolar e contribuir para obtenção de hábitos saudáveis de alimentação. Foi realizado uma caracterização da região em que a escola está inserida, por fim, também foi realizado o questionário com discentes da escola Aparício Silva Rillo e profissionais vinculados à merenda escolar.

2. A Alimentação Escolar

2.1 Revisão Histórica.

Com o objetivo de assegurar subsídio nutricional aos estudantes e fortalecer a produção rural junto à agricultura familiar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado hoje uma das mais antigas e eficazes entre as Políticas Públicas de segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2009; Santos, 2017)

Entre os anos 1930 e 1940, o Instituto de Nutrição propôs, sem sucesso, que o Governo Federal fornecesse alimentação aos estudantes (Brasil, 2006; Santos, 2017). Em 1950 houve uma maior conscientização mundial a respeito da fome e das ações sociais com a finalidade de enfrentamento, de acordo com análises relativas a Políticas Públicas. Assim, nesse contexto se deu origem ao PNAE, inicialmente intitulado de Campanha da Merenda Escolar (CME) (Andrade, 1997; Silva, 2017). No entanto, por falta de condições por parte do governo, esse benefício acabou ficando restrito a somente alguns alunos. Nem todos recebiam alimentação durante as aulas. No dia 31 de março de 1955, o então presidente Juscelino Kubitschek consolidou o Decreto Nº 37.106, onde instituiu a CME (Brasil, 2006; Silva, 2017).

Inicialmente, os alimentos eram adquiridos através de doações por parte de organizações internacionais que ofertavam alimentos industrializados. Assim, como esses alimentos não eram adquiridos pelo governo federal, não havia subsídios para todas as escolas, priorizando então, as crianças de menos idade, em que houvesse maior índice de desnutrição e escassez de alimentos, como a região Nordeste, por exemplo (IPEA, 2014; Silva 2017).

Com a redução de doações, em 1960, a aquisição dos alimentos ficou por conta do governo federal, sendo criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a partir da criação da Lei Nº 5.537, de 21 de novembro de 1968 (Brasil, 2006; Silva, 2017).

No ano de 1979, a denominação CME (Campanha da Merenda Escolar) foi alterada para PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar),

passando a ser popularmente conhecida como “merenda escolar”. Nessa ocasião, a aquisição de alimentos correspondia a 54% das despesas com alimentação escolar, e era feita direto na indústria alimentícia pelo governo federal. (Brasil, 2006; Silva, 2017).

Com a publicação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, as condições fundamentais para permanência do estudante na escola, é estabelecido junto ao direito à educação e o fornecimento da alimentação escolar:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (Brasil, 1998)

Portanto, a Constituição Federal foi um excelente mecanismo a fim de fortalecer o PNAE, como um direito do estudante (Silva, 2011). Uma importante fase na evolução do PNAE ocorreu na década de 1990, quando a gestão dos recursos foi descentralizada do nível nacional, onde se encontrava desde a sua origem. A elaboração e planejamento de cardápios, assim como aquisição de gêneros alimentícios através de licitação e a distribuição de alimentos no país era de responsabilidade do FNDE (Brasil, 2003; Silva, 2017). Essa descentralização ocorreu através da Lei Nº 8.913/ 1994, por meio da medida provisória Nº 1.704, de 14 de dezembro de 1998, que estabeleceu a transferência automática dos recursos de atuação do PNAE (Silva, 2017).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), criado na década de 2000, proporcionou a valorização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), para valorização do direito à alimentação apropriada. Logo após foi criada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que delibera sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com o direito à alimentação adequada e saudável perante a Constituição (CONSEA, 2004; Silva, 2017).

O PNAE é hoje mundialmente reconhecido em programas de alimentação e educação pública. Constitui uma importante medida para a otimização na qualidade de prestação de serviço atribuído pelo programa, incluindo acompanhamento de nutricionistas e funcionários qualificados nas

unidades de desempenho da função. Uma parceria entre o FNDE e as instituições de Ensino Superior se firmou incentivando projetos de extensão com a finalidade de contribuir com a distribuição e controle da qualidade da alimentação escolar, unindo discentes do ensino superior e os alunos de escola pública assistidos pelo PNAE nas escolas públicas e filantrópicas (Morgan; Sonnino, 2010; Silva, 2017).

A escola pública mostra-se um espaço apto para refeições, habilitada a realizar uma boa alimentação escolar que assegura e incita o desenvolvimento de hábitos saudáveis, conduzindo a satisfação e um bom rendimento escolar. (Santos, 2012; Silva, 2017).

O maior progresso para o PNAE, segundo Lima (2012), foi a Lei Nº 11947, de 16 de junho de 2009, que estabeleceu o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos estudantes da educação básica. Outra resolução foi a de Nº 38, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre o fornecimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica através do PNAE. Assim, houve ainda mais avanços para o PNAE, tais como as sugestões na compra de alimentos diversificados e cultivados na localidade relacionadas a agricultura familiar e empreendedores locais, estimulando a economia local, além de beneficiar crianças e adolescentes disponibilizando as refeições, tendo, também como objetivo a Educação Alimentar Nutricional (EAN) (Brasil, 2009; Silva, 2017)

No ano de 2013, a resolução Nº 38 de 16 de julho de 2009 foi revogada pela resolução Nº26 de 17 de junho de 2013. Essa determinação consolidou a implantação de EAN, com participação da agricultura familiar (Brasil, 2013; Silva, 2017). A resolução Nº 04, de 02 de junho de 2015 corrigiu os Artigos 25 a 32 da resolução Nº 26/2013, alterando no contexto do PNAE. As alterações foram:

- Priorizar a compra dos alimentos da agricultura familiar e fornecedores locais;
- Priorizar fornecedores de assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas;
- Priorizar fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânico ou agroecológico. (Brasil,2015; Santos, 2017)

Conforme informações mencionadas acima, entre os anos de 1995 e

2016, mais de 42 milhões de alunos da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA)), passam a ser favorecidos com o PNAE, que apresenta três modelos de gestão alimentar na escola:

- Centralizado: Quando as secretarias de educação administram os recursos financeiros da alimentação escolar
- Descentralizado: Quando são as escolas que administram os recursos financeiros da alimentação escolar;
- Misto: Quando os recursos financeiros da alimentação escolar são feitos pelas secretarias de educação e as escolas. Conforme Franco, Silva (apud Santos, 2017, p.16; Brasil, 2006).

Essa política de propósito assistencial é uma das mais antigas do Brasil e atualmente, seu objetivo principal é suprir necessidades alimentares. Com a alteração da resolução nº 26/ 2013, a compra dos gêneros alimentícios, procedente da agricultura familiar com restrição no limite individual no valor de R\$20.000,00, ampliando assim, o atendimento de estudantes, com o recurso que passou para a ser de aproximadamente 3,76 bilhões de reais. Essa mudança regulariza a aquisição dos gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar no contexto do PNAE, que dessa forma ampliou o limite individual de vendas, o atendimento aos estudantes e o orçamento designado à compra desses produtos, o que favorece os agricultores familiares assim como os estudantes, que passam a dispor de uma alimentação mais diversificada e nutritiva.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas públicas mais antigas do Brasil, remontando à década de 1950. Originalmente de cunho assistencial, seu objetivo principal hoje vai além de suprir necessidades alimentares: busca garantir alimentação saudável, educação nutricional e apoio à agricultura familiar. Com a alteração da Resolução nº 26/2013 (FNDE), o PNAE estabeleceu que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo governo federal devem ser utilizados na compra direta de produtos da agricultura familiar, com um limite individual de R\$ 20.000,00 por fornecedor por ano. Essa medida ampliou o alcance do programa beneficiando mais estudantes e fortalecendo pequenos produtores.

Essa mudança regulamentou e incentivou a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, elevando o limite financeiro por fornecedor e aumentando a qualidade nutricional das refeições. Como resultado, os agricultores familiares ganharam mercado garantido, enquanto os estudantes passaram a ter acesso a alimentos mais saudáveis e variados, reduzindo a dependência de produtos industrializados.

2.2 Políticas Públicas: Segurança Alimentar e Agricultura Familiar.

O papel da agricultura familiar é essencial para o fornecimento de alimentos frescos e nutritivos, que garantam a segurança alimentar dos educandos.

... a dupla contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar, primeiro por garantir o acesso a alimentos de qualidade para estas famílias- pouco assistidas por serviços públicos em seus territórios e em geral com uma renda menor que um salário mínimo- e ainda por meio da comercialização desses produtos alimentícios de qualidade para a população. A venda desses produtos também possibilita a ampliação de renda das famílias, que permite acessar outros produtos e serviços, melhorar suas condições de vida e também o sentimento de que seu trabalho foi reconhecido.” (Leite; Leite, 2022).

Assim, as políticas públicas de segurança alimentar desempenham um papel fundamental na valorização da agricultura familiar e na busca da alimentação escolar saudável. Programas como o PNAE garantem a obtenção de gêneros alimentícios produzidos por pequenos agricultores, promovendo a oferta de uma alimentação saudável nas escolas, além de promover o desenvolvimento da economia local. Essa união auxilia para a variação alimentar e na complementação e geração de renda no campo, além da sustentabilidade do sistema de produção alimentar, restringindo a insegurança alimentar e proporcionando o desenvolvimento social e econômico.

Assim, a agricultura familiar desempenha uma função de extrema importância na produção de alimentos no Brasil, mas foi com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1995 que passou a receber crédito especificamente voltadas para os pequenos

produtores trazendo o reconhecimento formal à categoria da agricultura familiar. Em 2003 foram lançados o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), com a finalidade de fortalecer a agricultura familiar e prestar grande auxílio no programa fome zero.

Em 2006, a lei 11.326/ 2006, passou a definir critérios que caracterizariam a agricultura familiar e os direitos especificamente direcionados a esses produtores. Logo, a introdução da agricultura familiar na alimentação escolar aconteceu junto à reestruturação do PNAE, que em 2009 ao cumprimento da lei 11.947 determina que 30% dos seus recursos sejam usados para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Em 2011 se implementou novos métodos que teriam por objetivo facilitar a atuação da agricultura familiar no abastecimento de alimentos para as escolas públicas. Com atualizações feitas no ano de 2018, o incentivo da agricultura familiar para fornecer alimentos às escolas públicas foi ainda maior.

Desta forma, as políticas públicas para a agricultura familiar e sua inclusão na alimentação escolar evidenciam o fortalecimento de forte relevância para o desenvolvimento rural e a nutrição infantil.

A aquisição dos recursos é separada em grupos de produtos perecíveis e não perecíveis, sendo determinado pela lei nº 11.947/ 09- PNAE, sendo 30% das compras provenha diretamente da agricultura familiar, por meio do Edital de chamada pública e os 70% dos demais produtos por meio de processo licitatório. (Santos; Silva, 2021, p.12)

Essa citação traz um entendimento bem relevante em relação às políticas públicas de alimentação escolar no Brasil, estabelecida pela Lei nº 11.947/ 2009, que rege normas para a aquisição de alimentos no contexto do PNAE. A classificação entre os gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis e a determinação de que pelo menos 30% das aquisições sejam de procedência da agricultura familiar, visam garantir estrategicamente uma alimentação equilibrada, além de promover a agricultura sustentável e o desenvolvimento econômico da localidade.

As exigências de que as compras sejam feitas diretamente da agricultura familiar aumentam a força de pequenos produtores e cooperativas, possibilitando a inclusão social e econômica no campo. Além disso, esse modelo favorece a variedade e oferta de alimentos mais frescos e saudáveis

nas escolas. E ainda, priorizando o processo licitatório para os 70% que sobram, busca-se garantir clareza e eficácia no uso dos recursos públicos. Mas ainda existem desafios para o implemento dessa política, tais como dificuldades onde os pequenos agricultores tendem a encontrar para cumprir as exigências burocráticas e logísticas para o fornecimento contínuo às escolas. Outro desafio, é a fiscalização do emprego desses percentuais que pode ser um obstáculo, pleiteando um cuidado maior dos órgãos responsáveis a fim de evitar falhas e garantir que a lei seja cumprida. No entanto, para que essa política seja totalmente eficaz, é preciso reforçar mecanismos de capacitação e amparo aos agricultores familiares, e ainda garantir eficiência na fiscalização para garantir que os objetivos dessa lei sejam atingidos.

2.3 Alimentação Escolar e a ética do cuidado

A importância da alimentação escolar se evidencia no pensamento construído por Leonardo Boff, em que ele contextualiza a ética do cuidado, destacando valores como justiça, solidariedade, respeito pela vida e consciência ecológica, “... importa chegar a consensos mínimos com referência à satisfação das necessidades básicas de comer, vestir, morar...” (Boff, 2009, p. 52). O autor destaca ainda que “...faz-se necessário um processo de dialogação global entre todos os povos... no sentido de garantir o direito à vida de cada cidadão.” (Boff, 2009, p.51).

Com essas palavras, enfatiza o aumento das conexões e dependência entre nações e culturas distintas que se fizeram mais presentes com a globalização, o que torna indispensável o uso de princípios éticos com a finalidade de promover uma vivência digna.

Dessa forma, com interdependência econômica, política, social e ambiental, as decisões poderão afetar diretamente os povos, exigindo regras e valores mútuos a fim orientar as relações. Seria um código ético comum, podendo interpretar como um conjunto de princípios universais favorecendo o respeito aos direitos humanos, impossibilitando as desigualdades extremas.

A visão de Leonardo Boff sobre a necessidade de um código de ética comum em tempos de globalização pode ser associada às políticas públicas de enfrentamento à insegurança alimentar, fortalecendo a interdependência entre

os povos. Assim, a fome deixa de ser um problema local ou regional, passando a ser vista como uma demanda global que busca soluções comuns e princípios éticos coletivos.

Nesse contexto, tanto os programas de segurança alimentar como políticas públicas de combate à fome, incentivo à agricultura sustentável e transferência de renda, seriam bons exemplos do quanto a solidariedade global e a responsabilidade social se concretizaria conforme iniciativas da ONU com o Programa Mundial de Alimentos, o Programa Bolsa Família no Brasil, além de outras iniciativas nacionais e internacionais que contempla esse compromisso ético de garantia ao direito básico do ser humano da alimentação.

Outro ponto é que o combate à insegurança alimentar está relacionado a princípios como equidade e justiça social, confirmando a lógica de que um código ético comum em um mundo interligado, a extinção da miséria e da insegurança alimentar deve ser preferência global, baseando-se na solidariedade entre nações, organizações e sociedades.

2.4 A alimentação escolar e os direitos naturais da humanidade

A construção dessa ideia da ética do cuidado fica ainda mais evidenciada quando, em 1973, Hilton Japiassu, em sua obra *O Mito da Realidade Científica*, aborda fatos filosóficos ainda considerados recentes:

Até o fim do século passado, uma das funções mais específicas da ciência era justamente a de proporcionar uma avaliação crítica da sociedade e da realidade. O critério dessa avaliação estava baseado em duas noções filosóficas: a) a primeira era a ideia de ordem natural e de direitos naturais do homem; b) a segunda era a ideia de progresso, permitindo uma atitude crítica do estado em que se encontravam a economia, a política e o direito justamente em nome da ordem e do progresso. (Japiassu, 1973, p.106)

A percepção de ordem natural e direitos naturais da humanidade propõe a alimentação como um direito básico assegurado a todos. Porém eventos reais demonstram que milhares de cidadãos ainda são vítimas da fome e da desnutrição em todo o mundo, ainda que nos dias de hoje haja um considerável avanço tecnológico e produtivo. Indicando que mesmo havendo

progresso na ciência e na economia, a justiça social não é uma garantia.

Pode-se questionar a visão de progresso quando se percebe que a produção de alimentos teve um aumento significativo e ainda assim, a insegurança alimentar permanece em razão da má distribuição de recursos e desigualdade econômica. Assim, o desenvolvimento tecnológico e científico no âmbito da agricultura poderia potencialmente extinguir a fome ao redor do mundo, caso não houvesse questões políticas, sociais e ambientais que impossibilitam esse propósito.

Portanto, a ciência precisaria dar continuidade à sua função de criticar e questionar os novos modelos de produção e distribuição de alimentos, sugerindo meios inclusivos e sustentáveis, através de discussões acerca de temas, tais como impactos das mudanças climáticas, desperdício de alimentos e políticas públicas que garantem a segurança alimentar para todos. Pois em um mundo em que o progresso tecnológico avança rapidamente, a real questão é: o progresso está sendo empregado para a redução das desigualdades e garantia de direitos essenciais como alimentação, ou apenas serve a interesses econômicos específicos?

2. 5 Por que evitar produtos ultraprocessados no preparo da alimentação escolar?

De acordo com o Ministério da saúde (2022), o consumo desenfreado de alimentos ultraprocessados desenvolve grande ameaça à saúde, que ocorre não somente pelo uso descontrolado, mas também pela carência de nutrientes indispensáveis ao bom funcionamento do organismo humano, conforme alerta a instituição:

Fora os excessos nos ingredientes, alimentos ultraprocessados tendem a ser muito pobres em fibras, que são essenciais para a prevenção de doenças do coração, diabetes e vários tipos de câncer. Eles também são pobres em vitaminas, minerais e outras substâncias importantes para a proteção e o bom funcionamento do organismo. (Brasil, 2022).

Assim, algumas restrições buscam a prevenção de doenças como hipertensão, obesidade, diabetes entre outras condições referentes aos maus

hábitos alimentares. Essas restrições ajudam a melhorar a qualidade nutricional das refeições, tornando o consumo de frutas, verduras, legumes, proteínas magras e cereais integrais um hábito comum. Pois diante da constatação da incidência do aumento de doenças relacionadas à obesidade com o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados se justifica, a proibição do uso de alimentos como a salsicha e sucos artificiais no preparo da alimentação escolar.

Geralmente, essas limitações resultam de diretrizes nutricionais que buscam hábitos alimentares saudáveis desde a infância para os estudantes das escolas públicas. Para se adquirir hábitos alimentares saudáveis é preciso mudar gradativamente, incluindo alimentos de todos os grupos: proteínas, carboidratos, gorduras boas, fibras e minerais, moderando o consumo de açúcar e sal. Também é necessária uma rotina alimentar com horários regulares, envolvendo a família e a escola no processo de educação e reeducação alimentar.

A reeducação alimentar é um processo bastante lento e difícil, mas seus benefícios são contínuos e compensatórios, incluindo mais energia, controle da obesidade, digestão agradável e satisfatória, além da redução do risco de doenças. Nesse sentido, se evidencia a importância dos profissionais da educação no sentido de orientar e informar seus educandos sobre a importância e valorização da alimentação escolar, como uma política pública que atua no desempenho estudantil, assim como nos resultados individuais de cada estudante.

2.6 Protocolos do preparo da alimentação escolar

Para estabelecer as boas práticas no preparo dos alimentos a serem servidos aos alunos existem os protocolos que são essenciais na garantia da segurança alimentar, qualidade nutricional, além de um rigoroso processo de higiene. Esses protocolos garantem as diretrizes a serem praticadas por todos aqueles relacionados no armazenamento, distribuição e manipulação dos alimentos a fim de reduzir os perigos de contaminação, possibilitando qualidade de vida e bem-estar.

Existem, também, diretrizes para a fiscalização e monitoramento de temperatura e o transporte dos alimentos, garantindo condições adequadas desde a entrega nas escolas até o momento do seu consumo. Os protocolos incluem estatutos que se referem à seleção e o recebimento de gêneros alimentícios, além de um armazenamento apropriado a fim de evitar perdas e deteriorações, a higienização apropriada para os alimentos, utensílios e equipamentos, e orientações sobre a forma mais segura e devidamente correta no preparo das refeições.

A ANVISA e o PNAE são os órgãos que estabelecem a implantação e a regulamentação desses protocolos, assegurando o respeito às necessidades nutricionais de cada faixa etária, além das necessidades nutricionais e restrições alimentares individuais, e assim, garantir o desenvolvimento saudável dos estudantes, através da alimentação escolar.

Ademais, uma boa alimentação é fundamental para todas as etapas da vida, principalmente na infância, no qual os benefícios de uma alimentação saudável constante garantem o desenvolvimento integral da criança, bem como contribui para o desempenho no processo de ensino e aprendizagem escolar, social e cultural. (Costa; Goulart, 2024, p. 25)

Podemos, assim, destacar a importância de uma alimentação adequada durante a infância, ressaltando os resultados na plena evolução da criança, envolvendo desde parâmetros culturais e sociais até os cognitivos e físicos. Pode-se argumentar, também, o amplo respaldo através de estudos no campo da nutrição e educação, que garantem um desenvolvimento saudável através de uma alimentação equilibrada, melhorando a capacidade de concentração e conseqüentemente o desempenho escolar.

A citação destaca a importância das políticas públicas no desempenho da função essencial de garantir uma refeição de qualidade para estudantes de escolas públicas. Isso fortalece a importância de projetos governamentais eficientes, assim como o PNAE no Brasil, que tem por objetivo a garantia de refeições completas em nutrientes para ofertar aos estudantes.

O repasse de recursos financeiros pelo governo federal a estados, municípios e escolas federais para a alimentação escolar é um benefício complementar, distribuído em 10 parcelas mensais, visando garantir a cobertura dos 200 dias letivos, assegurando que os alunos tenham acesso à

alimentação adequada durante todo o período escolar.

O governo federal repassa a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar, efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro), para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. (Costa, Goulart, 2024, p. 27)

Essa transferência é essencial para a manutenção da política de merenda escolar, pois muitas redes de ensino dependem diretamente desse recurso para oferecer refeições nutritivas e equilibradas aos estudantes. O número de matriculados influencia diretamente o valor repassado, o que permite uma distribuição proporcional dos recursos conforme a demanda de cada localidade.

Desafios persistem, apesar das medidas relevantes. Os valores repassados por aluno, muitas vezes não são suficientes para cobrir todos os custos que estão relacionados à alimentação escolar, principalmente, ao se deparar com o alto custo dos alimentos e as mais variadas diversidades econômicas e sociais do país, devendo-se também considerar que a eficiência de gestão nos estados e municípios são de suma importância com a finalidade de evitar desperdícios, garantindo que a utilização das verbas destinadas à alimentação sejam usadas de forma adequada e eficaz.

Contudo, a ação governamental em custear as despesas com a alimentação escolar é indispensável na busca de garantias para promover a segurança alimentar e nutricional dos alunos das escolas públicas, o que favorece o bom aprendizado e o desenvolvimento de cada um. Mesmo assim é de suma importância que haja um controle e fiscalização permanente para uma melhor avaliação nos valores repassados e sua adequação conforme necessidades a serem atendidas nas diferentes regiões do Brasil de forma justa e eficiente.

Portanto, o cardápio escolar segundo as diretrizes do PNAE deve ser elaborado com o objetivo de contribuir na aprendizagem, no rendimento escolar e na promoção da formação de hábitos alimentares saudáveis. Dessa forma, para a promoção de uma alimentação adequada e saudável, um cardápio deve levar em consideração não só os nutrientes e alimentos, mas as combinações entre eles e as preparações culinárias, dentro das dimensões culturais e sociais das práticas alimentares. (Costa; Goulart, 2024; p. 33)

As normas estabelecidas pelo PNAE não se limitam ao abastecimento de gêneros alimentícios nas escolas, com prioridade para a qualidade nutricional e a formação de hábitos saudáveis. A preparação precisa ser adequada às necessidades dos alunos, equilibrada e variada, de forma a contribuir para um melhor desempenho escolar e aprendizagem.

Outro aspecto considerado e valorizado pelo PNAE é a cultura alimentar de cada localidade, com respeito às tradições e incentivo ao consumo de gêneros e produtos regionais, fortalecendo a identidade cultural dos estudantes e promovendo a sustentabilidade através do incentivo ao consumo de alimentos da agricultura familiar.

Outro aspecto importantíssimo é a maneira como os alimentos são combinados e preparados. Um bom planejamento de cardápio, além de assegurar o suprimento de nutrientes necessários, também contribui na aceitação dos alunos. Pois, ao oferecer alimentos atrativos e saborosos, com respeito a hábitos alimentares, possivelmente, se aumenta a prática de hábitos alimentares saudáveis, reduzindo o desperdício. Porém, o cardápio da alimentação escolar precisa ser pensado e discutido estrategicamente, a fim de considerar os aspectos nutricionais, além dos aspectos sociais e culturais. Assim, a alimentação escolar torna-se uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento físico e intelectual dos estudantes, contribuindo para estruturação de hábitos alimentares saudáveis, podendo permanecer por uma vida inteira.

Nos cardápios, devem ser oferecidas, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/ aluno/ semana) nas refeições servidas, como também devem incluir produtos frescos, como folhosas, legumes e frutas, e podem incluir produtos processados, beneficiados e industrializados, como farináceos, bolos, biscoitos, doces e sucos (Santos; Silva, 2021; p.12)

Podemos destacar a significância de um cardápio bem elaborado e equilibrado para uma boa alimentação direcionada aos estudantes. Nesse caso, são constituídos de, pelo menos, três porções semanais de frutas e hortaliças, somando um total de 200g por estudante. Sendo essas recomendações estruturadas de acordo com as diretrizes nutricionais que

impulsionam uma alimentação rica em fibras, vitaminas e minerais, indispensáveis para o crescimento e desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes. Também, destaca-se a necessária inclusão de gêneros frescos, tais como folhosas, legumes e frutas, reforçando a importância de alimentos naturais na dieta escolar. Assim, a introdução de alimentos processados e industrializados, como farináceos, bolos, biscoitos, doces e sucos, podem ser alvo de maior atenção. Ainda que esses alimentos possam ser fontes de energia, não devendo ser consumidos excessivamente, a fim de se evitar problemas de saúde, como obesidade e doenças metabólicas. Um ponto positivo é a flexibilidade do cardápio, possibilitando uma variedade de alimentos, atendendo às preferências e necessidades dos estudantes. É importante que os gêneros industrializados sejam ofertados com moderação e seguidos de orientações de incentivo à uma educação alimentar saudável. E é fundamental que a escola desempenhe o papel de promover a saúde alimentar, com equilíbrio pertinente entre alimentos naturais e processados.

3. A MERENDA ESCOLAR NA ESCOLA APARÍCIO SILVA RILLO-SÃO BORJA (RS)

A Escola Estadual Aparício Silva Rillo localiza-se na Rua Bomplant, nº 512, no Bairro Maria do Carmo, em São Borja- RS. A equipe diretiva em 2025 é composta pela diretora Janaína Bronzatti e as três vices- diretoras de turno: Neli Tasqueto, vice- diretora do turno da manhã; Carmem Fagundes, vice- diretora do turno da tarde e Dilossane Vargas, vice- diretora do turno da noite. A escola disponibiliza o ensino médio no turno da manhã, com 136 alunos matriculados; o ensino fundamental (anos iniciais e finais), com 269 alunos matriculados no turno tarde; e atualmente proporciona o EJA/TEC, com 38 alunos matriculados no turno da noite.

Os alunos matriculados na escola, tanto podem residir no centro da cidade, como nas áreas mais periféricas, onde os cidadãos são em sua maioria famílias de baixa renda, escolaridade moderada e vivenciam os mais diversos problemas sociais. A escola ainda atende um número aproximado de 72 alunos que residem no Condomínio Maria Cristina, localizado em São Borja. Esse conjunto habitacional foi construído em 2011 como parte de um projeto do Governo Federal voltado para famílias em situação de extrema pobreza. Inicialmente, os moradores eram, em sua maioria, pessoas em situação de alta vulnerabilidade social, como ribeirinhos, pessoas em situação de rua e desempregados com familiares acamados, o que acabou ocasionando inúmeros problemas sociais e de convivência. Com o passar dos anos, no entanto, o perfil dos moradores passou por mudanças significativas, atendendo aos critérios exigidos no ato de cadastramento das famílias à serem contempladas para residir em um dos apartamentos. Dessa forma, a maioria das famílias que residem no condomínio é composta por mulheres que

exercem o papel de chefe de família e que, em grande parte, estão inseridas no mercado de trabalho. Em alguns casos, os pequenos, porém bem estruturados apartamentos, chegam a abrigar até três gerações de uma mesma família, como avó, mãe e neta. Geralmente, a principal fonte de renda dessas famílias provém de empregos modestos como os de empregadas domésticas, vendedoras do comércio e profissionais autônomas como maquiadoras, cabeleireiras e manicures.

Figura 1: Mosaico do entorno da Escola Estadual Apparício Silva Rillo e Condomínio Maria Cristina.



Fonte: A autora.

Independente do endereço domiciliar, renda ou realidade de cada aluno, a alimentação escolar exerce um papel fundamental no cotidiano de inúmeras famílias brasileiras, principalmente na rotina de mães trabalhadoras. Em uma realidade onde conciliar trabalho, cuidado doméstico e a formação dos filhos é um grande desafio, a oferta de refeições nas escolas públicas caracteriza uma grandiosa rede de apoio. Assim, para muitas mães que trabalham em longas jornadas ou fora de casa, saber que seus filhos têm acesso a uma alimentação

adequada enquanto estão na escola traz uma sensação de alívio e segurança, o que reduz a pressão de ter que preparar todas as refeições do dia a dia, principalmente o almoço, pois muitas vezes coincide com o horário de expediente, e ainda contribui para um bom desempenho escolar e saúde dos alunos, melhorando o desenvolvimento físico e cognitivo.

Outro elemento é o impacto econômico. Nas famílias de baixa renda, a alimentação escolar caracteriza uma economia significativa no orçamento doméstico, garantindo que os filhos estejam bem alimentados mesmo que haja dificuldades financeiras. Além disso, a alimentação escolar auxilia para que haja autonomia das mães trabalhadoras, permitindo mais tranquilidade para a dedicação ao trabalho, pois a merenda escolar é mais que uma alimentação: é uma política pública que promove igualdade, bem-estar e dignidade. Nesse sentido, a escola Apparício Silva Rillo executa seu papel no cumprimento das diretrizes estabelecidas através das leis que determinam o uso de recursos do FNDE para aquisição de alimentos garantindo o direito à alimentação adequada como parte da proteção integral à criança e ao adolescente, estabelecendo critérios para a composição dos cardápios, a qualidade e a segurança dos alimentos.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 1990)

A escola conta com uma equipe composta por 3 merendeiras, responsáveis pelo planejamento dos cardápios pré-estabelecidos, respeitando as necessidades nutricionais dos alunos, além disso fiscalizam a qualidade dos alimentos e cumprimento dos contratos de fornecimento, além do controle de estoque e uso adequado dos recursos destinados à alimentação escolar, tudo sob a supervisão e fiscalização atenta da equipe diretiva.

Figura 2: Cardápio fornecido pela SEDUC

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Departamento de Gestão de Bens e Serviços Escolares
Divisão de Alimentação Escolar
Av. Borges de Medeiros, 1501 - Centro Histórico, Porto Alegre/RS
Tel.: (51) 3288 4700

Relatório de cardápios

Cardápio: 35ª CRE - Turno Parcial 1 Refeição - 2025 | De 01/01/2025 a 31/12/2025 | Programas associados: Turno Parcial 1 Refeição | Faixa etária: 11 ano(s) a 15 ano(s)

SEMANA	TIPO DE REFEIÇÃO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
1	Refeição Salgada	P2 - Polenta com molho vermelho P4 - Omelete simples P6 - Salada de cenoura com chuchu P7 - Maçã	P1 - Arroz com molho de frango / Risoto P3 - Feijão preto cozido P5 - Batata doce cozida	P1 - Macarrão a bolonhesa P3 - Feijão preto cozido P7 - Pêssego	P1 - Galinhada Crioula da 35ª CRE (arroz, frango, couve, pimentão, milho, temp. verde) P10 - Torta de bolacha com creme de chocolate 50% cacau	P2 - Arroz cozido P4 - Carne suína com aipim P6 - Salada de rúcula
2	Refeição Salgada	P12 - Suco de laranja P2 - Macarrão com molho vermelho P4 - Ovo cozido P7 - Golaba	P2 - Arroz cozido P3 - Feijão preto cozido P4 - Carne com batata	P1 - Polenta com molho de carne moída P6 - Salada de rúcula P7 - Melancia	P1 - Galinhada (arroz, frango, milho, pimentão, temp. verde) P3 - Feijão preto cozido	P1 - Carreteiro P6 - Salada de cenoura com ovo picado
3	Refeição Salgada	P12 - Suco de uva P2 - Arroz colorido (cenoura, brócolis e temp. verde) P4 - Ovo cozido P6 - Salada de alface	P2 - Arroz cozido P3 - Lentilha com carne suína P6 - Salada de rúcula P7 - Laranja	P2 - Arroz cozido P3 - Feijão preto cozido P4 - Carne suína com batata doce	P1 - Macarrão com molho de frango P6 - Salada de agrião P7 - Manga	P2 - Arroz cozido P4 - Strogonoff P6 - Salada de cenoura com chuchu
4	Refeição Salgada	P2 - Arroz cozido P4 - Omelete simples P5 - Cenoura refogada	P1 - Macarrão com carne de panela P3 - Feijão preto cozido	P1 - Purê de batata com molho de carne moída P6 - Salada de repolho roxo P7 - Mamão	P1 - Polenta com molho de frango P10 - Arroz doce com canela P5 - Batata doce cozida	P11 - Café com leite I P1 - Pão com molho de carne moída e alface picada (PÃO TIPO CACETINHO)
5	Refeição Salgada	P12 - Suco de maçã P2 - Macarrão ao Alho e Óleo P4 - Ovo cozido P6 - Salada de cenoura com chuchu P7 - Ameixa	P2 - Arroz cozido P3 - Lentilha turbinada (cebola, alho, cenoura, batata, carne moída) P5 - Batata doce cozida	P2 - Arroz cozido P3 - Feijão preto cozido P4 - Molho de sardinha	P2 - Arroz cozido P3 - Feijoada simples (com carne) P5 - Couve refogada com farinha de mandioca	P1 - Polenta com carne suína P5 - Moranga caramelada P7 - Banana Prata
Composição Nutricional Semanal		Energia = 2387,8	PTN = 98,1 (16,44%)	LIP = 90,5 (34,12%)	CHO = 345,2 (57,82%)	

Observação: Para substituições de frutas e verduras da época, consultar Lista dos P's

Fonte: 35ª Coordenadoria Regional de Educação

Conforme o cardápio previamente estabelecido por profissionais de nutrição e inspeção da SEDUC, as merendeiras da Escola Aparício Silva Rillo realizam as adaptações necessárias de acordo com a disponibilidade de alimentos, os hábitos alimentares e a aceitação dos alunos. considerando que o valor repassado para a alimentação de cada estudante é de apenas R\$ 0,96 por dia letivo, o trabalho desses profissionais torna-se ainda mais essencial. Com dedicação e criatividade, buscam oferecer sempre o melhor, mesmo diante das limitações de insumos.

Atualmente, a distribuição semanal contempla quatro refeições salgadas, que podem incluir opções com arroz carreteiro com feijão e salada;

arroz com frango e salada; lentilha com legumes e arroz branco; macarrão com carne moída; e arroz com omelete e legumes, entre outras combinações que incluem a sardinha e mandioca, por exemplo. Além disso, é oferecido um lanche semanal, que pode ser composto por sanduíche, bolo com suco ou leite com achocolatado, arroz doce, creme de amido caramelizado, vitamina de banana com bolacha, entre outros. A distribuição de frutas ocorre de forma alternada, não sendo garantida em todas as semanas.

Nesse contexto, foi aplicado um questionário aos alunos no dia 16 de abril de 2025, no turno da manhã, data que antecedeu o feriadão de Páscoa. Dos 136 alunos matriculados, 87 alunos estiveram presentes e responderam ao questionário.

O turno da manhã foi escolhido para a realização desta pesquisa por abranger uma faixa etária em que muitos alunos já são considerados independentes. Em contraste, os estudantes do turno da tarde, embora muitos vivam em situação de extrema pobreza, recebem assistência com mais frequência. Já os adolescentes do turno da manhã, muitas vezes ainda despreparados, enfrentam sozinhos situações de vulnerabilidade, sendo obrigados a lidar com desafios sem o apoio necessário.

Um exemplo comum da realidade enfrentada por muitos adolescentes é a situação daqueles que deixam suas casas, geralmente no interior para viver na cidade, pois buscam oportunidades de trabalho. Muitos desses jovens acabam sendo acolhidos por parentes que moram na cidade, e trabalhando como menor aprendiz. Com uma renda que gira em torno de R\$ 700,00 por mês, esses adolescentes frequentemente contribuem financeiramente para as despesas da casa onde estão hospedados, mesmo sem qualquer vínculo formal ou compromisso real de apoio por parte desses familiares. Nessa nova rotina, marcada por responsabilidades de adultos precoces e pouca estrutura emocional, muitos adolescentes se veem sozinhos e vulneráveis, evidenciando uma certa precariedade na sua condição alimentar, sendo na escola a garantia de sua principal refeição diária, uma vez que fora do ambiente escolar a alimentação é escassa ou de baixa qualidade nutricional, comprometendo inclusive seu desempenho acadêmico e saúde física. Além disso tem outro

fator preocupante: muitos desses adolescentes apresentam sinais claros de sofrimento emocional e psicológico, como tristeza constante, apatia e isolamento. No entanto, na maioria desses casos não há diagnóstico ou acompanhamento por profissionais de saúde mental, seja por falta de acesso, seja pela invisibilidade social desses jovens. A pressão por corresponder às expectativas de trabalho, estudo e colaboração nas despesas, somada à ausência de apoio afetivo, pode desencadear ou agravar quadros de depressão e ansiedade, muitas vezes ignorados por aqueles ao redor. Essa realidade evidencia a grande importância das políticas públicas voltadas para a alimentação escolar, junto ao acolhimento efetivo desses adolescentes, incluindo orientação e suporte emocional, auxiliando na transição entre adolescência e vida adulta, sem a necessidade de sacrificar seu bem estar e desenvolvimento.

4. Diagnóstico do questionário aplicado.

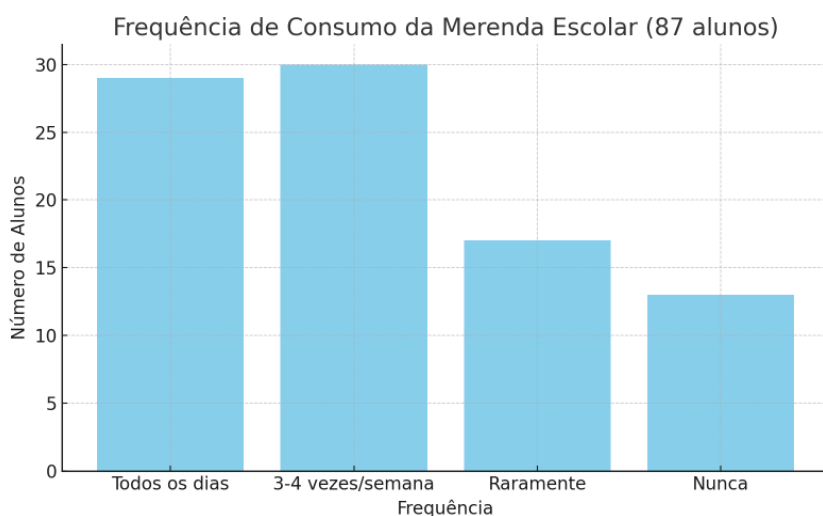
Após levantamento e sistematização das respostas analisadas no questionário aplicado aos 87 alunos presentes no dia 16 de abril de 2025, foi elaborado um material demonstrativo com gráficos. Na sequência, foi realizada uma análise cuidadosa de cada resposta, não somente para verificar e confirmar a aceitação de critérios estabelecidos, mas também para identificar possíveis falhas nos métodos e ações utilizados no dia a dia. A partir dessa análise, pode-se identificar problemas imperceptíveis ou que são considerados sem importância, muitas vezes, tornando-se possível compreender causas e limitações nos processos operacionais, permitindo, assim, a busca por soluções viáveis e esclarecedoras, considerando a realidade da instituição e os recursos disponíveis. Dessa forma, a dinâmica adotada não apenas contribuiu para a qualificação dos serviços ofertados, como também contribuiu para o desenvolvimento organizacional voltado para a melhoria contínua, na tomada de decisões baseadas em evidências e o comprometimento com a excelência no atendimento às demandas nutricionais e alimentares.

A princípio foi constatada a necessidade de uma orientação mais aprofundada sobre esse direito fundamental, garantido por lei. Observou-se que muitos alunos demonstraram desconhecimento ou pouca informação a

respeito desses direitos básicos, o que evidencia uma lacuna importante na formação cidadã. Diante desse cenário, percebeu-se a importância de incluir esse tema de maneira interdisciplinar nas atividades em sala de aula. Além disso, apresentar o histórico e a criação das leis que asseguram tais direitos, propõe-se também abordar temas conexos, como o papel essencial da agricultura familiar na promoção da segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, teria que se discutir o processo de plantio, as influências dos efeitos climáticos sobre a produção agrícola e a relação direta entre as estações do ano e a disponibilidade dos alimentos.

Ao analisar as respostas do questionário aplicado, em relação à frequência com que os alunos consomem a merenda escolar (Gráfico 1), observa-se uma tendência clara: a maioria dos estudantes comparecem ao refeitório de três a quatro vezes por semana. Esse dado revela não apenas o hábito de consumo, mas também indica uma relação direta com o cardápio oferecido. Os dias de maior procura coincidem, em sua maioria, com a oferta de refeições compostas por alimentos salgados, como arroz, feijão, carnes e outros pratos tradicionais, demonstrando a preferência dos alunos por esse tipo de alimentação. Essa percepção se confirma na análise da questão que investiga os motivos pelos quais alguns alunos deixam de consumir a merenda escolar. Entre as justificativas destaca-se a insatisfação com o cardápio nos dias em que são oferecidos lanches ou alimentos considerados menos atrativos, como arroz doce ou biscoitos. Nessa questão, 46 alunos responderam que “não gostam do cardápio”, 32 responderam que “o horário não coincide com sua fome”, 7 disseram “trazer lanche de casa” e 2 alunos afirmaram “estar de dieta”. Esses dados sugerem que o cardápio exerce uma influência significativa sobre a adesão dos alunos à alimentação escolar, evidenciando a importância de considerar suas preferências alimentares no planejamento dos cardápios. Além disso, a frequência irregular de consumo também pode indicar a necessidade de uma avaliação contínua da aceitação dos pratos servidos, visando melhorar a participação e garantir uma alimentação escolar mais atrativa para todos.

Gráfico 1

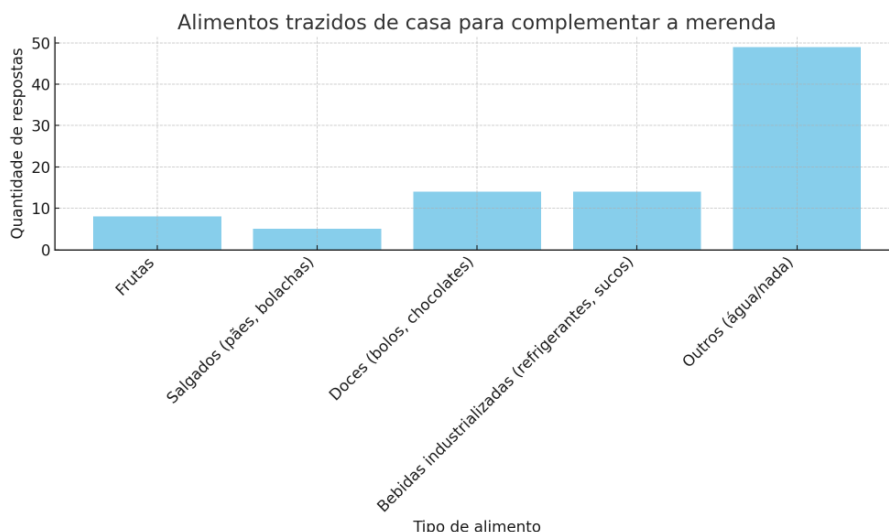


Fonte: Levantamento de campo, abril de 2025.

Ao analisar o questionamento sobre alimentos trazidos de casa para complementar a refeição oferecida pela escola (Gráfico 2), observa-se um ponto positivo: a maioria dos alunos opta pela água como principal escolha, reforçando a importância de hábitos alimentares saudáveis. No entanto, apesar da baixa porcentagem, chama a atenção o consumo de alimentos industrializados, como refrigerantes, sucos artificiais e chocolates, especialmente por ser no período da manhã. Esse comportamento é preocupante, pois a ingestão desses produtos ricos em açúcar, gorduras e outros aditivos pode comprometer a concentração e, a longo prazo, contribuir para problemas de saúde, como obesidade e outras doenças metabólicas. Diante disso, destaca-se a necessidade de ações educativas que envolvam tanto os alunos quanto a comunidade escolar em geral, visando promover escolhas alimentares mais conscientes e adequadas ao ambiente escolar. Quanto à qualidade nutricional da merenda oferecida na Escola Estadual Aparício Silva Rillo, a maioria expressiva dos alunos avaliou-a como excelente ou boa. Esse resultado é bastante positivo, especialmente ao considerar o contexto atual, no qual o elevado custo dos alimentos e as constantes oscilações de preços representam grandes desafios para a manutenção de uma alimentação escolar balanceada. Além disso, a elaboração e execução do cardápio requerem adaptações frequentes,

buscando equilibrar a disponibilidade dos produtos, às exigências nutricionais estabelecidas pelo PNAE e, ainda, as preferências alimentares dos estudantes.

Gráfico 2

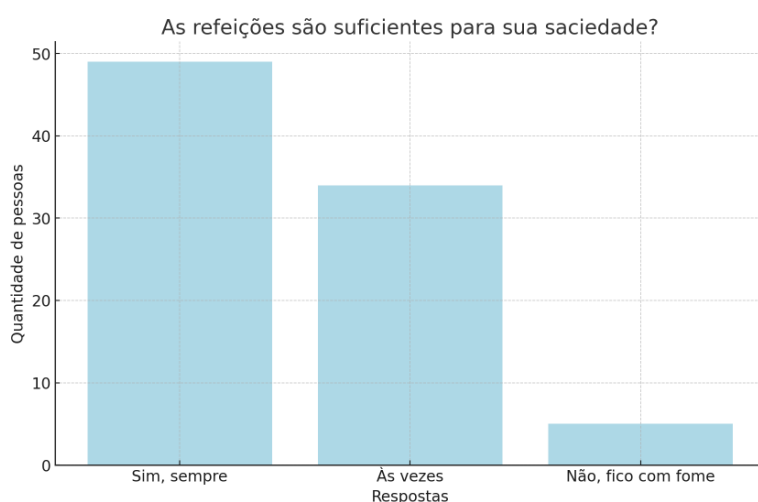


Fonte: Levantamento de campo, abril de 2025.

Diante dessas dificuldades, o reconhecimento da qualidade da merenda reflete o comprometimento da equipe responsável em oferecer refeições saudáveis, variadas e adequadas às necessidades dos alunos. No que diz respeito à saciedade, foi perguntado aos alunos se as porções servidas eram suficientes para atender às suas necessidades alimentares (Gráfico 3). A maioria dos estudantes respondeu que “sim”, indicando que para grande parte do grupo, a quantidade oferecida é adequada. Um número um pouco menor de alunos respondeu “às vezes”, sugerindo que, em algumas ocasiões, as porções não são suficientes. E um terceiro grupo, apesar de bem menor, afirmou “ficar com fome” após as refeições. Esses dados revelam uma das dificuldades mais desafiadoras no serviço de alimentação escolar: atender plenamente às necessidades de todos os alunos. Mesmo com muito cuidado para que prevaleça a igualdade, ou seja, oferecer as mesmas porções a todos, surgem diferentes percepções de saciedade, que variam individualmente, conforme idade, metabolismo, nível de atividade física, condições de saúde e

financeira, evidenciado. Assim, a importância da reflexão de que, em situações de insegurança alimentar, o princípio da equidade se sobrepõe ao princípio de igualdade. Logo, mais do que oferecer a mesma quantidade a todos, é necessário considerar as necessidades específicas de cada aluno, a fim de garantir que todos tenham pleno acesso à nutrição adequada. Também foi questionado aos alunos sobre sua percepção a respeito dos grupos de alimentos mais presentes no cardápio da merenda escolar (podendo escolher mais uma opção). As alternativas ficaram assim: 80 alunos responderam que identificam carboidratos na merenda, 67 identificaram a presença de proteínas, 33 identificaram hortaliças/ legumes, 27 identificaram frutas, 9 identificaram Laticínios e 3 identificaram alimentos ultraprocessados. As respostas evidenciaram uma importante necessidade de reforço educacional: alguns alunos demonstram dificuldades em identificar corretamente os grupos alimentares, o que demonstra a falta de familiaridade com conceitos básicos de alimentação saudável. Esse cenário reforça a importância de abordar, em sala de aula, temas relacionados à classificação dos alimentos, explicando de forma simples o conceito, as funções e a necessidade de cada grupo alimentar para a saúde. É importante ressaltar que, de acordo com o cardápio pré-estabelecido, adaptado e atualmente oferecido, não são incluídos alimentos ultraprocessados.

Gráfico 3

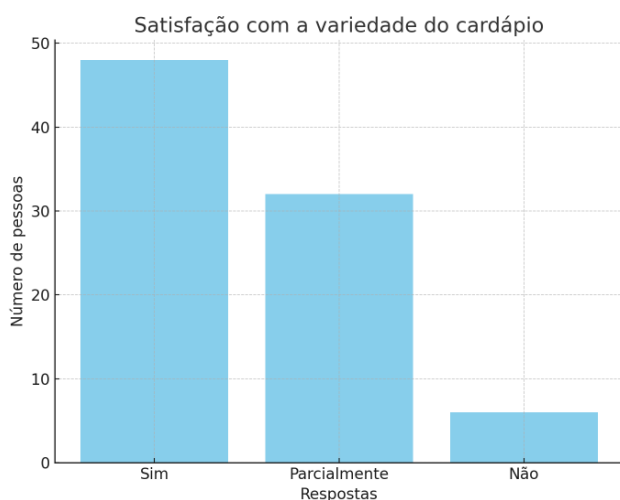


Fonte: Levantamento de campo, abril de 2025.

Em relação à questão que avalia a satisfação do aluno em relação à variação do cardápio oferecido aos alunos (Gráfico 4), a maioria demonstrou satisfação. Um segundo grupo composto por mais de 30 alunos, indicou estar parcialmente satisfeito, enquanto um grupo menor - mas igualmente importante- afirmou não estar satisfeito. Esses resultados ressaltam a necessidade de manter um canal de interação com os alunos, por meio de diálogos e pesquisas frequentes para entender melhor suas preferências alimentares e garantir que o cardápio atenda as necessidades nutricionais essenciais, possibilitando a conciliação entre sabor, diversidade e qualidade nutricional. Ao questionar os alunos sobre possíveis mudanças no cardápio atual, observou-se que a principal solicitação foi a ampliação da variedade de frutas oferecidas (69 alunos). Muitos manifestaram o desejo de contar com opções além das atualmente disponíveis- maçã e banana. Contudo, foi explicado que a escolha dessas frutas está diretamente relacionada a critérios importantes, como a facilidade de armazenamento, a conservação por resistir mais tempo sem a necessidade de refrigeração, e a praticidade na distribuição durante o fornecimento das refeições. Ainda ficou esclarecido que a inclusão de novas frutas dependerá de fatores sazonais e orçamentários. Para a próxima estação, é possível substituir a maçã e a banana pelo suco natural de laranja. Essa alternativa respeita as mesmas exigências de conservação e praticidade, além da variação no cardápio. Outro aspecto preocupante evidenciado nessa questão é a baixa adesão dos alunos (7 alunos) ao tema “comidas regionais” como possível variação de interesse. Esse dado sugere um enfraquecimento do vínculo dos jovens com as tradições culturais de seu país ou região. A pouca valorização das comidas típicas, que representam uma parte importante da identidade cultural, indica que as novas gerações estão cada vez mais distantes de suas raízes históricas e sociais. Esse distanciamento cultural pode ter impactos negativos na construção da identidade individual e coletiva, além de enfraquecer o sentimento de pertencimento e orgulho regional. Diante disso, torna-se essencial que escolas desenvolvam projetos pedagógicos que valorizem a cultura local, promovendo atividades que estimulem o interesse pelas tradições, pela culinária e pela história regional. Da mesma forma, o ambiente familiar tem papel fundamental nesse processo, ao manter vivas as práticas culturais e ao incentivar o

respeito e a curiosidade pelas origens. Resgatar o valor das culturas regionais é uma forma de fortalecer a cidadania, a diversidade e o respeito à história de cada povo.

Gráfico 4



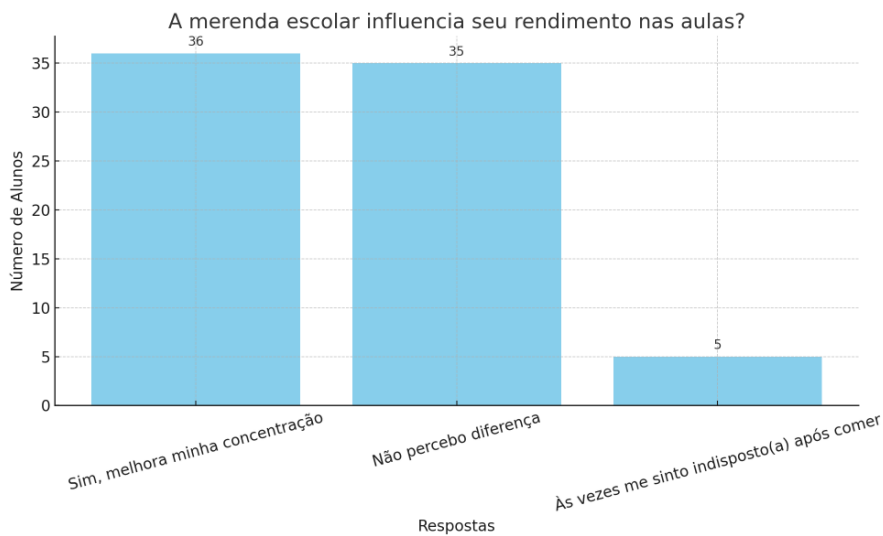
Fonte: Levantamento de campo, abril de 2025.

Conforme a questão que aborda a percepção dos alunos sobre a influência da merenda escolar em seu desempenho em sala de aula (Gráfico 5), observa-se um empate técnico entre os estudantes que relatam melhora na concentração após se alimentarem e aqueles que afirmam não perceber nenhuma diferença. Esse dado chama a atenção, especialmente quando se consideram também os alunos que relatam, ainda que ocasionalmente, sentir indisposição após se alimentarem. Somando-se os dois grupos: os que não percebem diferença e os que sentem desconforto, nota-se uma maioria que, na prática, não reconhece ou até questiona as reais finalidades da alimentação escolar. Esse resultado contrasta diretamente com os objetivos centrais do PNAE, que visa a garantia da segurança alimentar e nutricional, bem como contribuir para o rendimento escolar por meio de uma alimentação adequada. A falta de percepção de melhorias, ou mesmo a sensação de indisposição após o consumo, pode indicar problemas na qualidade, variedade ou

adequação nutricional da merenda oferecida, além de sugerir uma possível desconexão entre o planejamento das refeições e as reais necessidades dos estudantes. Isso evidencia a importância de uma avaliação frequente, considerando características nutricionais, aceitação e a percepção dos estudantes.

A respeito de mudanças na saúde relacionada à merenda, nota-se uma certa coerência com os dados apresentados no gráfico 9. Apenas 20 alunos relataram aumento na energia, o que reforça a ideia de que a alimentação fornecida pela escola tem impacto limitado neste ponto, uma vez que, um dos principais objetivos da merenda escolar é justamente contribuir para a disposição e um melhor rendimento dos alunos em sala de aula, esse resultado pode indicar que a quantidade e/ou a qualidade nutricional das refeições não estão sendo suficientes para se perceber os efeitos. Além disso, observa-se uma inconsistência nos relatos de ganho ou perda de peso. As escolas públicas fornecem apenas uma porção de alimentos por turno ao dia, o que dificilmente causaria impacto significativo no peso corporal dos estudantes. Mudanças notáveis nesse sentido geralmente necessitam de uma alteração mais ampla nos hábitos alimentares e no estilo de vida. É provável que esses relatos estejam relacionados a fatores externos, como alimentação fora da escola e atividades físicas, do que a merenda escolar, propriamente dita. Considerando que as opiniões de ganho e perda de peso são relativamente baixas.

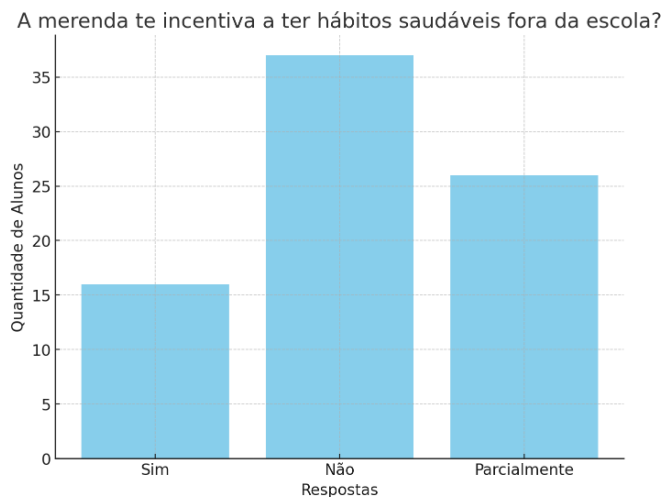
Gráfico 5



Fonte: Levantamento de campo, abril de 2025.

Um ponto bem complexo, é o que diz respeito ao incentivo da merenda escolar nos hábitos saudáveis fora da escola (Gráfico 6). Nesse caso, a maioria das respostas foram “não” e “parcialmente”, indicando que a alimentação oferecida nas escolas não têm sido suficiente para incentivar mudanças significativas no estilo de vida dos estudantes fora do ambiente escolar, o que leva a uma reflexão mais ampla sobre a necessidade de ações complementares dentro da escola para que haja a adesão de comportamentos saudáveis. Uma alternativa viável seria a ampliação do tempo escolar, através do turno integral. Com mais tempo disponível, seria possível inserir, de forma estruturada, atividades físicas regulares, oficina de educação alimentar, e momentos de reflexão sobre saúde e bem-estar. Ao integrar essas práticas à rotina dos estudantes, a escola não apenas amplia o acesso a hábitos saudáveis, mas também atua como agente formador de uma cultura de saúde que vai além das teorias vistas dentro da sala de aula. O tempo bem aproveitado dentro da escola, permite a internalização dos hábitos saudáveis, favorecendo sua continuidade fora da instituição.

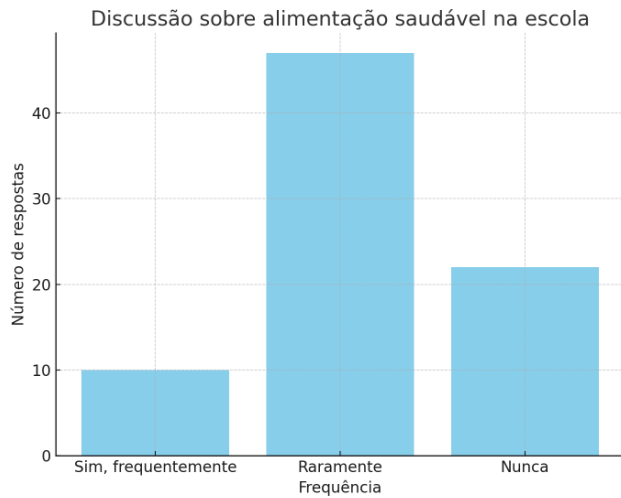
Gráfico 6



Fonte: Levantamento de campo, abril de 2025.

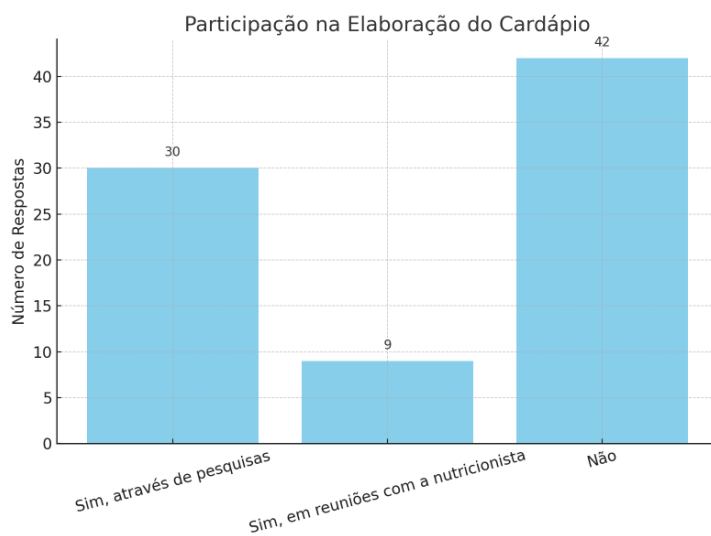
Na análise das questões relacionadas à alimentação saudável na escola, observa-se que a maioria dos alunos afirmam ser raro haver debates sobre o tema (Gráfico 7) e não demonstram interesse em participar da elaboração do cardápio da merenda escolar (Gráfico 8). Diante disso, é papel da escola despertar o interesse dos alunos, evidenciando a necessidade de uma oficina de educação alimentar, conforme indicado no gráfico e argumentado no Gráfico 11. Essa oficina não apenas promoveria maior conscientização sobre a importância de uma alimentação equilibrada, mas também ajudaria os alunos a compreenderem a realidade econômica das escolas públicas, abordando temas como orçamento disponível, acesso a gêneros alimentícios de acordo com as condições climáticas e a limitação de pessoal, desafios enfrentados por muitas instituições de ensino.

Gráfico 7



Fonte: Levantamento de campo, abril de 2025.

Gráfico 8

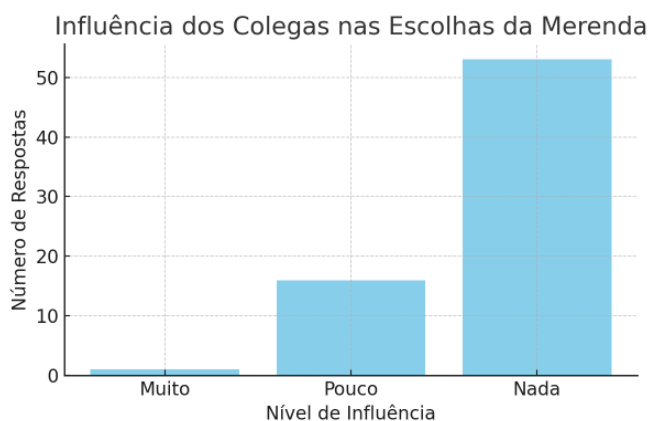


Fonte: Levantamento de campo, abril de 2025.

Em relação à influência dos colegas nas escolhas e decisões alimentares no ambiente escolar (Gráficos 9 e 10), os dados indicam uma percepção bastante positiva por parte dos alunos. A maioria demonstrou ter um bom nível de autonomia, revelando que não se deixam influenciar facilmente por críticas ou preferências alimentares dos colegas. Isso sugere um ambiente

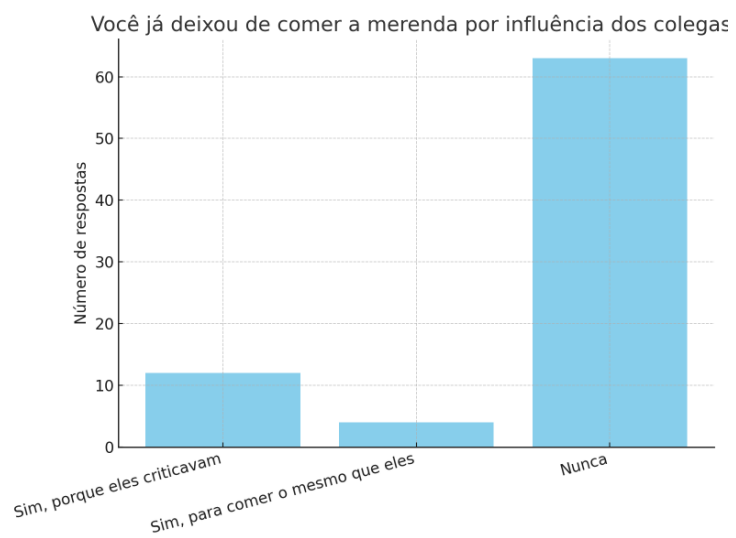
escolar onde os alunos sentem-se seguros para fazer suas próprias escolhas alimentares, o que é um aspecto saudável no desenvolvimento da independência e autoestima. No entanto, apesar desse resultado, é fundamental que os educadores mantenham um olhar atento e sensível, a fim de garantir que os alunos se sintam respeitados e acolhidos em suas decisões alimentares, prevenindo situações de constrangimento, julgamento ou exclusão. A alimentação escolar deve ser vista não apenas como um momento de nutrição, mas também como uma experiência social positiva e formadora, onde o respeito à diversidade de hábitos, culturas e preferências alimentares estejam sempre presentes.

Gráfico 9



Fonte: Levantamento de campo, abril de 2025.

Gráfico 10



Fonte: Levantamento de campo, abril de 2025.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo compreender o impacto da alimentação escolar na nutrição diária dos estudantes do ensino médio da Escola Estadual Apparício Silva Rillo. A partir da análise das informações obtidas por meio de questionários aplicados aos alunos, revisão bibliográfica e observações diretas, pode-se concluir que a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar nem sempre se originam da pobreza, mas que também pode vir da desinformação e da negligência individual e coletiva.

Dessa forma recomenda-se que as instituições educacionais invistam em ações educativas voltadas para a alimentação escolar saudável. Assim, os alunos poderão compreender não apenas a legislação, mas também os fatores sociais, econômicos e ambientais que impactam a produção de alimentos e o acesso a uma alimentação adequada. Essa abordagem integrada visa não apenas transmitir conhecimento teórico, mas também estimular a consciência crítica dos estudantes sobre a importância da preservação ambiental, do fortalecimento da agricultura local e do respeito aos direitos sociais, preparando-os para atuar de forma mais consciente e ativa na sociedade. Portanto, esta pesquisa contribui para o entendimento de que a alimentação escolar deve ser pensada como parte de um processo educativo mais amplo, capaz de despertar a consciência crítica dos estudantes quanto à equidade social, à sustentabilidade e à cidadania. Ao preparar os alunos para a atuação consciente e ativa na organização de sua rotina alimentar, a escola fortalece seu papel como agente transformador, articulando o direito à alimentação e promovendo um futuro mais justo e saudável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correa de. Josué de Castro: O homem, o cientista e seu tempo. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, jan/ abril 1997. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/eav/article/view/8978>> Acesso em 13 de abril de 2025.

BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial: Um consenso mínimo entre os humanos**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998. Disponível em <<https://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/constituicaoof.nsf/0/50f7cf20004080bd0325675400673318>> Acesso em 28 de março de 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: 50 anos de história**. Brasília: FNDE, 2003.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/guiaalimentar>>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução/FNDE/CD/nº 32 de 10 de agosto de 2006. **Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Brasília, 2006. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3111-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-36-de-27-de-setembro-de-2006>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Qual é a relação entre consumo de ultraprocessados e risco de mortalidade?** Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-que-ro-me-alimentar-melhor/noticias/2022/qual-e-a-relacao-entre-consumo-de-ultraprocessados-e-risco-de-mortalidade>>. Acesso em: 13 de abr. 2025

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei. N. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 13 de abr. de 2025

BRASIL. Secretaria de comunicação social. **Programa de aquisição de alimentos (PAA)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoee-s-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 13 de abril de 2025

BRASIL. **Resolução n.º 4, de 2 de junho de 2015. Altera a Resolução CD/FNDE n.º 26, de 17 de junho de 2013**. Brasília: FNDE, 2015. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>>. Acesso em: 28 de março de 2025.

CONCEIÇÃO, João. A insegurança alimentar aumentou 47% no Rio Grande do Sul nos últimos anos. **IHU- Instituto Humanitas Unisinos**, set 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/categorias/611754-renato-maluf-a-inseguranca-alimentar-no-brasil-nao-e-so-produto-da-pandemia>>. Acesso em: 20 dez de 2022.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**: Textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Consea, 2004. Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.org.br/wp-content/uploads/2022/11/72.Principios_e_Diretrizes_de_uma_Politica_de_Seguranca_Alimentar_e_Nutricional.pdf> Acesso em 18 de mar. de 2025.

COSTA, Orenita dos Santos; GOULART, Joana Corrêa. **Merenda Escolar: Políticas e Práticas**. 2024. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Estadual de Goiás. Goiânia, Goiás, 2024.

IBGE Instituto brasileiro de Geografia e estatística. Cidades. História & fotos de São Borja. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>> . Acesso em: 14 de abril de 2025

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. A insegurança alimentar atinge 33,1 milhões de pessoas no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> . Acesso em: 14 jan. de 2023

JAPIASSU, Hilton. **O Mito Da Neutralidade Científica**. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1975.

LEITE, Maria Iáís dos Santos; LEITE, Jáder Ferreira. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **R. Katál**, Florianópolis, V. 25, N. 3, p. 528-538. Set.- dez. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/698n8Mxc9nM7ghB4TSd5bPm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

LIMA, Liana Silva de Almeida. **Impactos das Políticas Públicas de Financiamento da Educação em Rondônia no Período de 2003 a 2010: O caso de uma escola de ensino médio de Porto Velho**. 2012. 175 p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Núcleo de Ciências Humanas, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/4204747/liana-silva-de-almeida-lima>>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORGAN, Kevin John; SONNINO, Roberta. The urban foodscape: “World Cities and New Food equation”. **Cambridge Journal of Region, Economy and Society**, [s.1], v.2, n.3, p. 209- 224. June 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/227464576_The_urban_foodscape_World_cities_and_the_new_food_equation>. Acesso em: 12 de abril de 2025.

RANKINGS, Scimago Institutions. (In)segurança alimentar e agricultura Familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. Revista Katályses, Florianópolis- SC, p. 17, 2022. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rk/a/698n8Mxc9nM7ghB4TSd5bPm/>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SANTOS, Cleonice Pereira dos; SILVA, Neilton. **Programa nacional de alimentação escolar**. Políticas Educativas e direitos de cidadania. Cruz das Almas, Poli- Queforp. 2021. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/images/noticias2021/VOLUME_3_-_PROGRAMA_NACIONAL_DE_ALIMENTA%C3%87AO_ESCOLAR.pdf> Acesso em 21 fev.2025

SANTOS, Deborah Maria dos. **A alimentação escolar como estratégia de educação alimentar e nutricional: uma revisão da literatura**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Nutrição)- Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2017.

SILVA, Sandro Pereira da. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, abr. 2014. p. 11-15. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/>> Acesso em 22 de dez. 2022.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO SOBRE MERENDA ESCOLAR

(Ensino Médio - Pesquisa sobre hábitos e percepções alimentares)

Instruções: Marque com ✓ ou responda conforme solicitado. Suas respostas são anônimas

e importantes para melhorar a alimentação escolar.

1. HÁBITOS ALIMENTARES

1. Com que frequência você consome a merenda escolar?

- Todos os dias
- 3-4 vezes por semana
- Raramente
- Nunca

2. Quando não consome a merenda, qual o principal motivo?

- Não gosto do cardápio
- Trago lanche de casa
- Horário não coincide com minha fome
- Outro: _____

3. Quais alimentos você costuma trazer de casa para complementar a merenda?

- Frutas
- Salgados (pães, bolachas)
- Doces (bolos, chocolates)
- Bebidas industrializadas (refrigerantes, sucos)
- Outros: _____

2. QUALIDADE DAS REFEIÇÕES

4. Avalie a qualidade nutricional da merenda escolar:

(1) Péssima (2) Ruim (3) Regular (4) Boa (5) Excelente

5. As refeições são suficientes para sua saciedade?

- Sim, sempre
- Às vezes
- Não, fico com fome

6. Quais grupos alimentares você identifica com mais frequência no cardápio?

(Marque

até 3)

Carboidratos (arroz, massas, pães)

Proteínas (carnes, ovos, feijão)

Hortaliças/legumes

Frutas

Laticínios (leite, queijo)

Alimentos ultraprocessados (salsicha, nuggets)

3. PERCEPÇÃO SOBRE O PROGRAMA

7. Você está satisfeito com a variedade do cardápio?

Sim

Parcialmente

Não

8. O que você mudaria no cardápio atual?

Mais opções de frutas

Menos frituras

Mais preparações regionais

Outro: _____

9. A merenda escolar influencia seu rendimento nas aulas?

Sim, melhora minha concentração

Não percebo diferença

Às vezes me sinto indisposto(a) após comer

4. IMPACTO NA SAÚDE

10. Você já percebeu alguma mudança em sua saúde relacionada à merenda?

Mais energia

Ganho ou perda de peso

Nenhuma mudança

Outro: _____

11. A merenda te incentiva a ter hábitos saudáveis fora da escola?

Sim

Não

Parcialmente

5. EDUCAÇÃO ALIMENTAR

12. Sua escola discute alimentação saudável em aulas ou projetos?

Sim, frequentemente

Raramente

Nunca

13. Você gostaria de participar da elaboração do cardápio?

Sim, através de pesquisas

Sim, em reuniões com a nutricionista

Não

6. INFLUÊNCIA SOCIAL

14. Os hábitos dos seus colegas influenciam suas escolhas na merenda?

Muito

Pouco

Nada

15. Você já deixou de comer a merenda por influência dos colegas?

Sim, porque eles criticavam

Sim, para comer o mesmo que eles

Nunca

Apêndices são textos elaborados pelo autor a fim de complementar sua argumentação.

ANEXOS

Anexos são os documentos não elaborados pelo autor, que servem de fundamentação, comprovação ou ilustração, como mapas, leis, estatutos etc.

